



## Turismo rural e responsabilidade ambiental e ecológica no espaço rural brasileiro

Marco Antônio Vezzani ([marcoavezzani@hotmail.com](mailto:marcoavezzani@hotmail.com))\*

### Resumo

O turismo apresenta um aspecto que demonstra a sua magnitude enquanto atividade econômica e seu efeito multiplicador. Nessa dimensão econômica, ele parece ser extremamente rentável, mas tal simplicidade abarca outros custos que devem ser considerados. Os custos de custo social, cultural e o ambiental, e que denotam uma complexidade e aspectos multicausais, pois a visitação às localidades receptoras gera implicações positivas e negativas. Sendo assim, na atração de turistas são ignorados certos preceitos básicos de preservação e que geram impactos ambientais negativos nas regiões receptoras. Este ensaio, de revisão bibliográfica, pautado em materiais já elaborados, como livros científicos e recursos visuais, como a *internet* e documentários, visa à reflexão sobre a sustentabilidade, a percepção da relação sociedade e natureza, as questões ambientais e ecológicas e os projetos turísticos nas áreas rurais, especificamente em Goiás. Destacando-se que o turismo sustentável só pode ser alcançado também pelo dimensionamento da sustentabilidade econômica e sociocultural, pensadas e colocadas em equilíbrio com a sustentabilidade ambiental como forma de promover a responsabilidade ambiental e ecológica no espaço rural brasileiro.

**Palavras-chave:** Efeito multiplicador; aspectos multicausais; sustentabilidade; espaço rural brasileiro.

### Abstract

Tourism presents an aspect that demonstrates its magnitude as economic activity and its multiplier effect. In this economic dimension, it seems to be extremely profitable, but this simplicity covers other costs that must be considered. The cost of social, cultural and environmental stamp, which denotates a complexity and some multi-effected aspects, such as the visitation to receiving localities which generates positive and negative implications. Thus, the attraction of tourists are supposed to ignored some basic precepts of preservation, generating some negative environmental impacts in receiving regions. In this study, a reviewed literature, we are guided by materials which were already prepared such as; books and scientific visuals, i.e., internet and documentaries, in which ewe seek to reflect on the sustainability, the perception of the relationship between society and nature, environmental issues and environmental and tourist projects in rural areas, specifically in Goiás. Finally, it is supposed that stressing that the sustainable tourism can only be achieved also by the economic and sociocultural dimension of sustainability, designed and put in balance with the environmental sustainability as a way of promoting environmental and ecological responsibility in rural Brazil.

**Key-words:** Multiplier effect; aspects multi-effected; sustaitability; brazilian rural space.



Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social



## Introdução

Em outubro de 2003, o então ministro brasileiro do turismo Walfrido dos Mares Guia, durante o lançamento do Fórum Estadual de Turismo do Estado de Goiás, destacou dados interessantes referentes ao turismo em nível mundial. Uma colocação interessante referia-se a parcela de contribuição de 10 % deste no PIB mundial. Este dado demonstra o papel importante do turismo como fomentador da economia e gerador de trabalho e renda. Assim, esse primeiro aspecto demonstra a magnitude do turismo enquanto atividade econômica e seu efeito multiplicador.

Nessa dimensão econômica, ele parece ser extremamente rentável, mas tal simplicidade abarca outros custos que devem ser considerados. Os custos de cunho social, cultural e o ambiental, e que denotam uma complexidade e aspectos multicausais, pois a visitação às localidades receptoras gera implicações positivas e negativas. Sendo assim, ao se atrair os turistas são ignorados certos preceitos básicos de preservação e que geram impactos ambientais negativos nas regiões receptoras. (Granemann, 2006, p.125)

Nesse sentido, as perspectivas de consumo deste século XXI apontam para um aumento quantitativo, mas, sob a ótica de mudanças no comportamento de consumo do produto turístico. Esse comportamento aponta para características socioambientais, como forma de manter os atrativos naturais preservados às gerações futuras. Desta forma, e tomando-se como base o estado de Goiás e suas potencialidades naturais, pode-se afirmar que o estado apresenta um grande potencial para o turismo natural, em especial o ecoturismo e o turismo rural. O que vem colocando-o no circuito turístico como um destino viável. O atual governo tem incentivado a Agência Goiana de Turismo (AGETUR) a fomentá-lo nos vários municípios do estado. Esse produto turístico aliado ao agronegócio, outro carro-chefe do estado, e que no Brasil contribui com 1/3 do PIB nacional, tornam as

segmentações de turismo rural e ecoturismo um importante elemento de fomento.

Assim, as segmentações elencadas para o estado envolvem as questões relativas à tecnologia, ao meio rural e ao meio ambiente natural, propiciando o debate das questões ecológicas de forma geral. Ao abarcar o meio ambiente e o desenvolvimento tecnológico, contemplam-se os processos relativos à degradação e/ou destruição ambiental, tais como: a perda da fertilidade do solo e a pressão sobre os ecossistemas; os processos decorrentes, geralmente, de práticas agrícolas inadequadas, as tecnologias ultrapassadas, à produção massiva, às necessidades sociais e outros fatores que repercutem negativamente sobre o meio ambiente, o social e o produto turístico envolvido.

Desta forma, desde 1972, têm-se procurado inter-relacionar o meio ambiente aos novos modelos de desenvolvimento, embasados em questões como: respeitabilidade e cidadania, como forma de fomentar políticas sociais amplas. Assim, o desenvolvimento rural sofreu um grande impulso evolucionar em termos de produção, atividades e rendimentos, bases fundamentais do agronegócio, tanto no estado de Goiás como n'outros. Na conjuntura atual, a agricultura se insere nos processos de mudança ambiental como uma preocupação, pois ocupa um terço da superfície da Terra e, desde 2003, ela estabeleceu inúmeros recordes de produção, principalmente com o cultivo da soja e da cana-de-açúcar. As grandes unidades produtoras, com certeza, vêm obtendo safras excepcionais e lucros astronômicos conforme os recentes indicadores econômicos. Em contrapartida, as pequenas unidades produtivas, menos acessíveis ao mercado e permeadas pela incerteza da continuidade, permanecem à margem do desenvolvimento econômico.

Diante deste cenário, pode-se dizer que as segmentações do turismo rural e do ecoturismo, surgem como alternativas produtivas e de

\* Docente e coordenador do curso de Turismo da Faculdade Latino Americana (FLA) em Anápolis, Goiás. Graduado em Engenharia Agrícola, engenheiro especialista em Segurança do Trabalho e mestre em Planejamento Turístico e Gestão. Presidente da Sociedade Ambientalista Brasileira no Cerrado (SABC) e do Conselho Municipal de Turismo de Anápolis (COMTUR-APS) e conselheiro do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Goiânia.

melhorias da qualidade de vida das pequenas dessas unidades produtivas. No caso do estado de Goiás, a segmentação de turismo rural<sup>1</sup> tem se estendido nos últimos anos e vem se convertendo num dos setores que possibilita boas perspectivas de desenvolvimento e fomento do meio rural às pequenas propriedades de até 37 alqueires (aproximadamente 180 ha)<sup>2</sup>. Este produto turístico, na visão de Beni (2001), vem sendo considerado uma alternativa de substituição viável em áreas turísticas em processo de saturação, principalmente nos países europeus com longa tradição receptiva. E no Brasil, a oferta turística no campo, surge integralizada ao meio rural como forma de gerar novas alternativas turísticas e de geração de trabalho e renda, aonde se vem buscando atingir: a qualidade e a sustentabilidade nos serviços e equipamentos turísticos oferecidos nessa segmentação.

Neste ensaio, a metodologia utilizada envolveu uma pesquisa meramente bibliográfica constituída de materiais já elaborados, sendo utilizadas publicações científicas, e recorrido a recursos visuais, internet e documentários. Ele visa à reflexão sobre a sustentabilidade, à percepção da relação sociedade e natureza, às questões ambientais e ecológicas e aos projetos turísticos nas áreas rurais, especificamente em Goiás. De forma que se possa mostrar o envolvimento, a harmonia, os interesses das comunidades, ditas campesinas, e o meio ambiente. Fomentar discussões acerca das relações sobre os custos e benefícios nos níveis: econômico, social, ambiental e antrópico como os pilares de um processo sustentável, fundamentado no planejamento integrado e participativo, a fim de evitar a degradação e a perda da qualidade dos recursos naturais existentes nesses espaços naturais, chamarem a atenção para com o cuidado de não promover a artificialização, para o atrelamento à gestão estratégica dos recursos naturais existentes, para preocupação ecológica, para as práticas de manejo verde, para capacidade

de carga da propriedade, para educação ambiental, para os aspectos comportamentais dos seres humanos e para o envolvimento da comunidade local, fomentando a busca da responsabilidade ambiental e ecológica no espaço rural brasileiro.

## A relação turismo rural e sua apropriação do espaço rural

A afirmação de que o Brasil é um país com grande extensão territorial e de forte aptidão rural é, segundo Oliveira (Ruschmann e Solha, 2004, p.47), tendenciosa diante do alto grau de urbanização. Desta forma, para tornar a análise dele mais condizente à realidade e permitir a ida à linha divisória entre o meio rural e o urbano, ele se utiliza das considerações e proposições de reclassificação sugeridas por Veiga, considerando: a) o tamanho populacional do município; b) a densidade demográfica e c) a localização.

Assim posto, o crescimento do turismo rural e sua apropriação do espaço campesino nos remete ao Continente Europeu e às afirmações de Cavaco (1996 *apud* Brasil e Oliveira, 2000). Segundo o autor, na Áustria e Suíça, 20 % dos agricultores recebem turistas; na Holanda e Alemanha, 4 % e na França, 2%. Na Irlanda, 20% dos pernoites turísticos ocorrem em casas de campesinos. Em Portugal, 30% dos turistas que viajam nas férias se deslocam para o interior, na Espanha o número é de, aproximadamente, 27%. Na Itália, diversas propriedades rurais oferecem pernoites e acompanhamento nos processos de produção de queijo e vinho. Na Argentina, nossa vizinha, ao final da década de 60, quando do declínio da atividade pecuária, os proprietários de estâncias descobriram que a abertura de suas propriedades a interessados em caça e pesca poderiam colaborar no incremento da renda. Quanto ao Brasil, pode-se afirmar que ele vem crescendo e nos estados de: São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Goiás, Mato-Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, apresentando-se

1. Etimologicamente a palavra turismo deriva do inglês *tourism* ou do francês *tour*, apresentando inúmeros significados, como: viagens de recreio, realização de viagens de prazer ou recreio, esporte, etc. Entretanto, para haver turismo, deve ocorrer um deslocamento (Beni, 2001, p.37). Já a palavra rural derivada do latim *rus, ruris*, que significa campo ou próprio do campo (Brasil e Oliveira, 2000).

2. Propriedade típica, de acordo com Brasil e Oliveira (2000, p.55) In: Anais do 2º Congresso Brasileiro de Turismo Rural.

como um incremento de renda às pequenas e médias propriedades rurais (OLIVEIRA, MOURA e SGAI, 2000). É necessário, no entanto, o entendimento das estruturas produtivas do campo a fim de que se possa incorporar nelas os serviços turísticos. Para Boullón (1993, p.68 *apud* Martínéz e Monzonís, 2000), estas estruturas têm de se adaptar ao turismo, devendo apresentar:

- definição quanto ao tipo de exploração turística rural;
- preparação do produto turístico (permanência, programação de atividades, transporte de acesso e interno, capacitação e treinamento de recursos humanos);
- definição da estrutura turística local (adaptação de casas para receber os turistas, construção de equipamentos – unidades habitacionais, piscinas, parques, trilhas, quadras de jogos, etc.); e
- definição de uma estratégia de *marketing* e comercialização.

É sabido que muitas dessas estruturas são instaladas de forma precária, com poucas opções de lazer, condições de conforto, segurança e higiene, além de outros problemas, não considerando o enquadramento conceitual da atividade e tão pouco a sua real viabilidade econômica.

Assim, o turismo rural necessita de uma oferta qualitativa que atraia e mantenha a atividade, agregando valor ao meio rural e enfatizando a consciência relativa à proteção desse meio, bem como todo o seu patrimônio cultural e ambiental. O Ministério do Turismo, via Embratur, considera como estratégias para esse fim:

- compatibilização da conservação e o desenvolvimento dos recursos turísticos;
- criação de uma oferta de alojamento e recreação, não concentradas e em pequena escala;
- contato com a natureza; e
- organização e a gestão do turismo realizada pela população campesina.

## Conceituação de turismo rural

Segundo Beni (2001, p.428), alguns autores se referem ao deslocamento de pessoas ao espaço rural, com roteiros programados ou espontâneos, com ou sem pernoite para a fruição dos cenários e instalações rurícolas como sendo turismo no espaço rural; isto serve para incluir o agroturismo. Ele prefere dizer que o turismo rural apresenta características próprias bem definidas, tendo suas origens em duas vertentes: uma internacional, já encampada no Brasil, onde o desenvolvimento da oferta de serviços no meio rural surge como alternativa de aumento da renda, agregação de valor à propriedade e fixação do homem ao campo e uma segunda, residente naquelas propriedades *não produtivas* (grifo nosso) com valor histórico-patrimonial e patrimonial, capazes de absorver uma demanda diferencial e inclui nesta vertente os modernos hotéis-fazenda e os acampamentos de férias.

Já para Renato Bravo (*apud* Oliveira, Moura e Sgai, 2000), presidente da Associação Brasileira de Turismo Rural (ABRATUR) e para a Embratur, ele pode ser definido como sendo um conjunto de atividades turísticas praticadas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, no sentido de resgatar e de promover o patrimônio cultural e natural da comunidade. O desafio de conciliar a produção agropastoril às atividades do turismo no meio rural denota um diferencial básico no conceito elencado, pois, para que este tipo de turismo se efetive, ele deve estar atrelado a quatro pilares fundamentais: 1) ser ecologicamente correto; 2) ser economicamente viável; 3) ser socialmente justo; 4) ser verdadeiramente rural.

Além desses quatro pilares, devem ser observadas as seguintes características para viabilização: a propriedade e suas instalações devem ser adaptadas para receberem os turistas, sem, contudo sofrerem grandes modificações estruturais, a não ser que sejam necessárias. Devem ser: harmônicas com o meio,

se caracterizarem como sendo uma atividade democrática, não havendo necessidade de grandes espaços para serem viáveis, porém comprometidas com a produção agropecuária, com a comunidade local, com o meio ambiente e com a cultura regional. Também não devem ser: massivas como no turismo de litoral; o atendimento deve ser pessoal e familiar; facultar a criação de postos de trabalho especializado no meio rural, promovendo a fixação do homem no campo – contrário ao êxodo rural –; resgatando a riqueza e as variedades da cultura do meio rural e promovendo agregação de valor aos produtos oriundos do campo, bem como sua verticalização.

Portanto, o turismo rural não se trata de uma mera transferência de equipamentos turísticos convencionais para o espaço rural, caso fosse, seria considerado como turismo campestre. Ele deve ir além, envolver-se com as atividades rurícolas, agregando-lhes valor e objetivando a preservação ambiental e cultural em nível local e apresentando as seguintes tipologias nacionais:<sup>3</sup> pousadas rurais, pesqueiros, pesque-pague ou pesque-solte, sítios ou chácaras de recreio, restaurantes rurais; fazendas hotéis, cafés coloniais e casas de chá, residências acolhedoras na roça, cavalgadas e lidas rurais (pantanal, pampas e nordeste), trilhas ecológicas em fazendas e sítios de produção, clínicas de naturopatia (Bela Vista / GO e DF), visitas pedagógicas a propriedades produtivas (classes transplantadas), agroindústrias artesanais (Joinville / SC – Estrada Bonita, Espírito Santo – Municípios de Venda Nova do Imigrante e Domingos Martins, dentre outros), estações de folguedos e de folclore (Centros de Tradição Gaúchas – CTG, Bumba-meu-boi, Tambor de Crioula, Folia de Reis, etc), esportes rurais (alpinismo, bocha, malha, vaquejadas, *bicicross*, *motocross*, cavalgada e enduro ecológico – Córrego do Ouro, etc), bases de resgate histórico (tropeirismo – São Luiz Purunã / PR, Viamão / RS, Silveiras / SP –, postos ornitológicos (observação da fauna e da flora – Chapada

Diamantina), resgates infantis – ciranda, cantigas de roda, pião, pipa) –, trilhas interpretativas (Banana Menina – Hidrolândia / GO), propostas de aventura (domas eqüestres, exploração de cavernas, balonismo), rodas de *causos*, de viola caipira e de catira, turismo patrimonial e arquitetônico no campo – fazendas de café do Vale do Paraíba, cacau na Bahia –, bases de visitação de caráter científico (criações, plantações, hortos, como por exemplo na UCG / GO, UFG / GO, Vaga Fogo / GO, EMBRAPA Cerrado / DF e EMBRAPA Pedra Azul / ES); os hotéis-fazendas,<sup>4</sup> os alojamentos rurais<sup>5</sup> e os alojamentos no agroturismo.<sup>6</sup> E ainda, as características dos meios de hospedagem rurais europeus (Martinez e Monzonis, 2000, p.22) são consideradas as seguintes denominações e tipologias para os meios de hospedagem rurais: casas rurais, casa de lembrança, casa de aldeia, hospedagem de turismo rural, residência de pajé, residências, castelos, monastérios, casa grande, turismo de interior, casas de fazenda, agroturismo, hotel rural, hospedarias, pousadas, hospedagem em zonas de interior, residências de campo, moinhos, albergue turístico, *camping* rural, acampamento particular com casa habitada, centros de turismo rural, casa de povo.

### Apropriação do espaço rural pelo turismo

De acordo com Martinez e Monzonis (2000), a definição de turismo rural é dificultada devido à complexidade em se determinar o *rural* e o *espaço rural*, pois conceitualmente são dadas definições muito distintas. Em algumas associações, o espaço rural é reconhecido como sendo o *espaço agrícola*, enquanto, para outras, os critérios de classificação levam em consideração os dados populacionais, reconhecendo como rurais todos aqueles municípios com menos de 2 mil habitantes. Já em outras, se considera rural todo o espaço que se encontra além do espaço urbano, ou então aquele onde se desenvolvam produções baseadas, principalmente, no setor

3. Estão atreladas à agricultura familiar (Bravo, 2007).

4. De acordo com Lima e Matias (2000, p.83), são hotéis alocados em propriedades rurais, adaptados de antigas estruturas originais, tais como: sede de fazendas, onde foram preservados os aspectos históricos de ciclos econômicos / produtivos. Podem ser ainda, hotéis construídos no meio rural com o fim de descanso e lazer, com toda a infra-estrutura hoteleira instalada.

5. Id, contrariamente ao hotel fazenda, o turista se hospeda na sede ou nas casas dos camponeses, que são transformadas para esse fim com o objetivo de estabelecer um maior contato com a natureza e realidade local.

6. Ibid, o turista hospeda-se na casa do camponês, com ele convive e trabalha, ou seja, participa e vivencia a experiência diária, integrando-se ao dia-a-dia do local; ainda é pouco praticado no Brasil.

agropecuário. A visão a ser desenhada é o desenvolvimento de recursos e preservação do espaço rural. As comunidades campesinas e os indivíduos devem desenvolver destinações turísticas rurais, culturalmente e ambientalmente sustentáveis, através de educação e interpretação, parcerias e redes de agenciamento, comunicação e promoção controlada e planejamento integrado e participativo.

Um modelo bastante útil e eficaz é o planejamento Zopp. Nele a comunidade e os planejadores colocam as seguintes questões: 1) Onde estamos agora? – pesquisa e análise; 2) O que fizemos? – realizações importantes – inventário e diagnóstico; 3) Para onde queremos ir? – desenhando uma visão; 4) Como faremos para chegar lá? – estratégias e parcerias.

Já o termo *rural*, sob a ótica da sociedade atual, deve aglutinar os aspectos socioculturais, econômicos, demográficos e físicos, entendendo-se por rural os lugares apartados dos núcleos urbanos e centros industriais, caracterizados pela baixa densidade demográfica, que conservem os entornos naturais, e que, ao mesmo tempo, mantenham vivas suas tradições sociais e culturais.

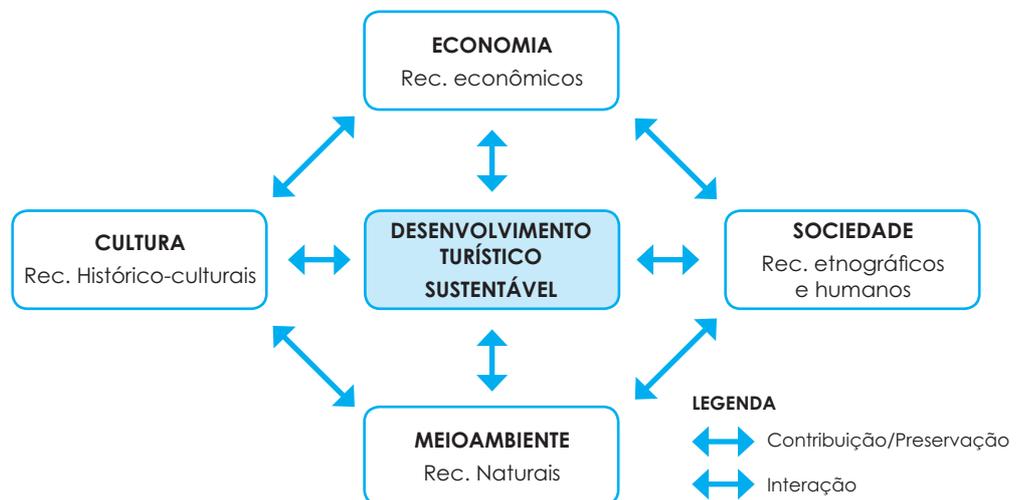
Para Rafael Fuentes (*apud* Martinez e Monzonis, 2000, p.10) a definição de turismo rural pode ser traduzida naquela capaz de unir as caracte-

rísticas da oferta e a motivação de demanda. Assim ele define como sendo "a atividade turística realizada no espaço rural, composta por uma oferta integrada ao ócio, dirigida para uma demanda, cuja motivação principal é o contato com o entorno autóctone e que tenha inter-relações com a sociedade local".

Assim, esse tipo de turismo pode impulsionar os espaços rurais, não como um motor de desenvolvimento, mas na forma de um elemento complementar para outras atividades de caráter tradicional como: a agricultura, a criação de gado, o artesanato, a pequena indústria, etc., podendo, ainda, impulsionar os benefícios sociais, culturais e ambientais. Porém, para que esses objetivos sejam alcançados, é necessário que se adotem critérios de sustentabilidade e decidir que é possível um desenvolvimento continuado ao mesmo tempo em que se preservam os recursos naturais existentes.

Desta forma, os quatro elementos-chave que configuram a sustentabilidade (economia, cultura, sociedade e meio ambiente) devem envolver o turismo nas áreas rurais com uma importância redobrada, nutrindo e enriquecendo o desenvolvimento da atividade turística, ao mesmo tempo em que se configuram na matéria-prima da atividade, isto é, nos próprios recursos que favorecem e influenciam na demanda para o meio rural (figura 1).

**Figura 1** – Desenvolvimento turístico no espaço rural: contribuição-preservação (Adaptada de Martinez e Monzonis, 2000, 12).



Neste contexto, a garantia da sustentabilidade do desenvolvimento turístico necessita que algumas condições sejam cumpridas, tais como:

- a participação da sociedade local no desenvolvimento da atividade;
- a limitação das capacidades de carga dos atrativos – naturais e socioculturais; e
- atuação sobre as infra-estruturas e equipamentos, adaptando-as aos recursos turísticos a fim de preservá-los contra possíveis agressões, dentre outros.

Desta forma, o desenvolvimento do turismo rural será racional e embasado na filosofia da sustentabilidade, supondo contribuições importantes ao meio rural como:

- melhora nas condições de vida da população local;
- contribuição para a reativação econômica de zonas deprimidas;
- geração de rendas complementares;
- incorporação do trabalho remunerado da mulher;
- estabilização da população local ao campo;
- manutenção das atividades agropecuárias e artesanais;
- manutenção e recuperação do patrimônio arquitetônico tradicional;
- conservação do meio ambiente; e
- enriquecimento cultural da população local.

Definitivamente, o turismo no espaço rural, deve contemplar importantes benefícios, mas deverão estar presentes as possíveis consequências negativas – impactos negativos – do desenvolvimento da atividade nesse espaço, podendo-se relacionar algumas como:

- abandono das atividades tradicionais por parte da população local;
- degradação de ambientes naturais;
- incremento de riscos populacionais (aumento da violência, por exemplo);

- substituição de tipologias tipicamente urbanas para o espaço rural;
- deterioração da cultura autóctone;
- aparecimento de tensões e animosidades entre vizinhos e turistas; e
- padronização dos modos de vida, perdendo-se o caráter rural e apropriando-se do das populações urbanas.

Finalmente, concordando com Swarbrooke (2000), o turismo rural pode ser chamado, efetivamente, de turismo rural sustentável quando for estimulador da compreensão sobre os impactos que poderá causar nos ambientes: natural, cultural e humano; quando for estimulador da justa distribuição de benefícios e custos, quando for o gerador de empregos locais – diretos e indiretos –, quando for estimulador de indústrias domésticas como: agroindústrias, hotéis e outros tipos de alojamentos, restaurantes e outros serviços, por exemplo, alimentação, sistemas de transporte, artesanato e serviços de guias locais de forma compatível com a sustentabilidade, quando diversificar a economia das áreas rurais, quando encorajar o uso produtivo de terras consideradas marginais para a agricultura, permitindo a conservação de grandes áreas com cobertura vegetal original e quando intensificar a auto-estima das comunidades locais, oferecendo oportunidades de maior compreensão e comunicação entre a população rural e a urbana.

### **A relação responsabilidade ambiental e ecológica no espaço rural brasileiro**

De acordo com os dados do INEP/MEC, de 2003, dos 2,2 milhões de jovens na faixa etária de 15 a 17 anos que residem no meio rural no Brasil, 34% não freqüentam a escola e só 12,9% dos matriculados estão no Ensino Médio, nível este adequado à faixa etária. Ainda, pode ser vislumbrado no estudo que a população rural tem escolaridade média de 3,4 anos na faixa etária até 15 anos ou mais. Já nas áreas urbanas, a escolaridade média é de 7 anos.

No que concerne ao índice de analfabetos adultos, 29,8% estão em áreas rurais, e 10,3% na cidade. Além disso, só 5,2% das escolas rurais têm biblioteca, contra os 58,6% dos estabelecimentos de ensino urbanos. Essa desigualdade se mantém em relação aos laboratórios de informática, onde 27,9% estão na área urbana e apenas 0,5% no meio rural, situação semelhante ocorre com o número de computadores presentes, sendo 66% em áreas urbanas e 4,2% em áreas rurais. Já para a área de Ciências, 18,3% estão na cidade e apenas 0,5% nas glebas rurais. Diante das estatísticas apresentadas, a diferença em relação ao nível de conhecimento existente entre as áreas urbanas e as rurais é gritante. Entretanto, o campo tem algo diferente e que soa como bucólico, pois remonta às nossas origens campesinas e, como conseqüência, uma fuga para natureza. Este é um ponto extremamente preponderante e que serve de argumento para o fomento do segmento do turismo rural e do ecoturismo, bem como do fomento de práticas ecológicas e ambientalmente corretas.

Diante dessa premissa, quando em 1866 o biólogo alemão Ernest Haeckel sugeriu o conceito de ecologia<sup>7</sup> para designar uma nova disciplina, cujo objetivo permeava o estudo das relações das espécies animais com o meio ambiente biótipo, ele estava lançando a célula geradora de movimentos políticos e sociais que viria a fomentar um novo paradigma visual em relação à vida, ao homem e ao planeta. Nesse processo de reconhecimento da interdependência dos diversos atores envolvidos no cenário (a natureza) e nas relações de interdependência entre a urbanização e/ou as ações antrópicas do espaço, surgiu o interesse da iniciativa privada no vínculo da imagem institucional com a questão ambiental e a agregação de valor à marca.

A chamada nova economia e os novos métodos de gestão de empresas nas sociedades pós-industriais apontam para projetos e métodos bem-sucedidos, ilimitados e aplicados

em muitos lugares e outros, que se revelaram equivocados, acabaram na lata de lixo da história (NETTO e TRIGO, 2003, p.42-43) no setor de projetos obsoletos. Assim, o enfoque dos problemas ambientais globalizados não desconsidera tais projetos nem os impactos isolados ou pontuais das questões ligadas à iniciativa privada e, conseqüentemente, ao turismo.

Desta forma, essa premissa ambiental ganhou força a partir da ECO-92 e trouxe como resultante desse evento a Agenda 21. Dessa forma, o *World Wildlife Fund* (WWF) e / ou *Tourism Concern* fomentaram a elaboração de um documento sobre os *Princípios do Turismo Sustentável* (grifo nosso), a fim de assegurar o equilíbrio entre as partes envolvidas, desde que contemplados os seguintes princípios: uso sustentável dos recursos, a redução do consumo abusivo e do desperdício, a manutenção da diversidade, a integração do turismo no planejamento, o compromisso com as comunidades locais, a consulta a profissionais e ao público, a capacitação das pessoas, ao *marketing* turístico e à pesquisa.

Esses princípios aliados ao conceito proposto pela Organização Mundial de Turismo (OMT)<sup>8</sup> descrevem o desenvolvimento turístico sustentável como aquele que concilia as necessidades dos viajantes e das regiões hospedeiras, bem como o principal fator de gestão de recursos, a fim de satisfazer as necessidades: econômicas, sociais, estéticas, manutenção da integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de suporte à vida.

Tais posturas pró-ativas significaram o estabelecimento de dez prioridades para essa segmentação do turismo: minimização do desperdício; conservação e gestão da energia; gestão de recursos hídricos, gestão das águas residuais; gestão de substâncias perigosas; gestão do transporte; planejamento e gestão de uso da energia solar; envolvimento dos públicos interno (quadro de pessoal) e externo (clientes e comu-

7. *oikos* = Casa e *logos* = Estudo (KANNI, 2004, p.93) In: Turismo: uma visão empresarial.

8. (KANNI, 2004, p.103) In: Turismo: uma visão empresarial.

nidades) em questões ambientais; *design* para sustentabilidade e desenvolvimento da sociedade para o desenvolvimento sustentável.

Fica claro, neste ponto, que a atividade turística no meio rural e/ou natural deve manter uma relação de responsabilidade ambiental e ecológica, com vistas, inclusive a busca de uma certificação ambiental ou selo verde. Em nível global, já existem programas de certificação ambiental no setor de turismo, podendo ser suscitadas as experiências já vivenciadas na Costa Rica (*Certification for Sustainable Tourism – de cunho governamental*),<sup>9</sup> na Austrália (*Nature & Ecotourism Certification Programme – de cunho governamental e de IES*) e ainda, a do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC), através de seu Programa *Green Globe 21* de Gestão Ambiental. Já em âmbito nacional, ainda são poucos ou incipientes os esforços nesse sentido, existindo experiências nas redes de hotéis Tropical e nos Hotéis –Escola do SENAI de São Paulo, em Águas de São Pedro e Campos do Jordão, porém ambas voltadas para os padrões da ISO 14001<sup>10</sup>.

No caso do turismo rural, as discussões atuais (Passos, 2002, p.21 apud Souza, 2006, p.33) envolvem os custos ambientais e sociais do processo de turistificação dos lugares, considerando, não apenas o crescimento econômico, mas, principalmente, o desenvolvimento em bases sustentáveis de forma que possibilite a proteção dos recursos naturais e culturais, facilmente ameaçados nas economias frágeis. Um acréscimo deve ser feito, com relação à interferência da crescente urbanização do meio rural (moradia, turismo, lazer e outros serviços), à preservação ambiental e à proliferação dos sítios de recreio, marcados pela contemporaneidade da questão ecológica e valorização da natureza, bem como da pluriatividade, também apontada como uma alternativa para ampliar as opções de renda e emprego nos assentamentos rurais (Souza, 2006, p.34).

No caso específico de Goiás, existem alguns empreendimentos como a Fazenda Santa

Branca, que se intitula de unidade agroecológica ([www.santabranca.com.br](http://www.santabranca.com.br)), localizada entre as cidades de Goiânia e Anápolis, no município de Teresópolis (com acesso pela rodovia federal BR-153). É uma estância de ecologia profunda criada para o desenvolvimento da consciência ecológica através da interação natural entre homem e meio ambiente, uma área de 600 alqueires (2.904 ha) de terra, com 7 nascentes de águas cristalinas, com 30 anos de tradição e uma estrutura física única.

A Santa Branca ainda oferece atividades relativas ao ecoturismo e voltadas à prática de um turismo com responsabilidade ecológica, educando ambientalmente o público interno e externo, e ao mesmo tempo proporcionando esportes de aventura ligados à natureza, com atividades como: *acquaride*, passeio a cavalo, tirolesa (Figura 2), pesque-pague, vivência ambiental, cachoeiras artificiais, caiaque, *camping*, pousada, trilhas, viagem ambiental, aerodelismo, ciclovias, arborismo, restaurantes, lagos, *rapel* no angico, cavalgada.

Figura 2



Créditos: Rodrigo Yamada - Accon fone: (62) 3242 0172

Assim como a Santa Branca, existem outros dois empreendimentos a serem destacados, como é o caso da Vila Cerrado Ecoparque ([www.vilacerrado.com.br](http://www.vilacerrado.com.br)), situada no município de Bela Vista de Goiás, distante 25 km de Goiânia e o Banana Menina ([www.bananamenina.com.br](http://www.bananamenina.com.br)), uma atração campestre, localizada no município de Hidrolândia, Goiás e a 20 minutos de Goiânia, sendo um misto de restaurante, lazer rural e de educação ambiental, haja vista que o empreendimento é reconhecido como uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) desde 1999, trabalho este coordenado pelo docente e amigo

9. Ibid.

10. (RICCI, 2002.; ABREU, 2001; LAMPRECHT & RICCI, 1997 apud KANNI, 2004) In: Turismo: uma visão empresarial.

Alexandre M. Araújo, doutorando em história pela UFG e membro do Centro de Estudos do Caribe do Brasil (CECAB-UFG).

Dos casos apresentados, torna-se importante ressaltar que, em todos, existe uma preocupação com o turismo rural, ecoturismo e a responsabilidade ambiental e ecológica. Em alguns, esta preocupação encontra-se mais arraigada e fundamentada do que em outros, pois ainda não existem mecanismos relativos a uma certificação ambiental do setor do turismo de forma efetiva no Brasil. Existem, entretanto, tentativas importantes como o Programa Nacional de Ecoturismo (PNE), que segundo Dias (2003, p.123), são fruto de uma ação conjunta do Ministério do Turismo/EMBRATUR e do Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, através da Secretaria de Coordenação da Amazônia e do IBAMA, tendo por finalidade programar as diretrizes traçadas para uma Política Nacional de Ecoturismo. Nesse documento, os esforços para a implantação de uma política de ecoturismo no Brasil devem ser direcionados ao atendimento dos seguintes objetivos básicos: compatibilizar as atividades de ecoturismo com a conservação de áreas naturais; fortalecer a cooperação interinstitucional; possibilitar a participação efetiva de todos os segmentos atuantes no setor; promover e estimular a capacitação de recursos humanos para o ecoturismo; promover, incentivar e estimular a criação e a melhoria da infra-estrutura para atividade de ecoturismo; promover o aproveitamento do ecoturismo como veículo de educação ambiental. Tais objetivos, de acordo com o autor elencado, para serem alcançados, deverão ser fruto de diversas ações, cada uma delas com uma estratégia própria de execução, integrada e articulada, envolvendo os diversos setores governamentais e o segmento do setor privado voltado para o ecoturismo; acrescenta-se aqui as atividades de turismo rural, sem prejuízo da colaboração das organizações não governamentais e das comunidades diretamente envolvidas. Tais

ações podem ser: a regulamentação do ecoturismo e do turismo rural; o fortalecimento e interação interinstitucional; formação e capacitação de recursos humanos; o controle da qualidade do produto ecoturístico e de turismo rural; o gerenciamento de informações; os incentivos ao desenvolvimento do ecoturismo e ao turismo rural; a implantação e adequação de infra-estrutura; a conscientização e informação ao turista e a participação das comunidades.

Seguindo-se na premissa da certificação, pode ser destacada a criação do Programa de Certificação do Turismo Sustentável (PCTS),<sup>11</sup> que está sendo implantado, numa ampla parceria com as empresas do setor, governos, setores organizados da sociedade civil e comunidades anfitriãs. O Brasil apresenta um potencial com inúmeros atrativos, porém ainda ocupa a 25ª colocação na relação de número de visitantes, de acordo com a OMT. Outro dado importante é o de que, no mundo, 12% da população economicamente ativa se emprega no setor de turismo, enquanto em nível nacional, apenas 6%. Tal realidade, aliada à competitividade dos destinos e às exigências de consumo dos turistas, requer empresas e profissionais competentes para prestarem serviços de mais alta qualidade, que atendam aos anseios de turistas e visitantes. Saindo na frente aquelas que se diferenciarem e investirem em qualidade, autenticidade cultural, certificação ambiental e respeito ao meio ambiente, inclusão social da comunidade autóctone e promoção de contínua viabilidade econômica.

Convém salientar que o PCTS tem como objetivos norteadores: desenvolver o Sistema Brasileiro de Normas e de Certificação em turismo sustentável; disseminar informações sobre tecnologias e boas práticas sustentáveis, visando à melhoria da qualidade, do meio ambiente, da segurança e da responsabilidade social no setor turístico, bem como capacitar profissionais para prestarem assessoria técnica às empresas; fornecer subsídios para implemen-

11. <http://www.turismoresponsavel.tur.br>.

tação de boas práticas sustentáveis nas micro e pequenas empresas (MPE); promover as empresas participantes e a imagem do destino Brasil Sustentável em mercados internacionais, e, finalmente, envolver as partes interessadas no debate sobre a sustentabilidade das atividades do setor do turismo.

Respondendo a esse desafio, o Instituto de Hospitalidade em parceria com o Conselho Brasileiro para o Turismo Sustentável (CBTS) vem liderando a implantação do PCTS, com o objetivo de apoiar os empreendedores do setor de turismo a se prepararem para essas novas demandas do mercado internacional, e de contribuir para o desenvolvimento sustentável do país. O que permite afirmar que os selos e prêmios para o setor do turismo já são bem comuns e muitos deles dizem respeito a uma garantia ao mercado, sobre a qualidade dos produtos e serviços e sobre a sustentabilidade dos negócios, seguindo uma tendência de crescente consciência quanto à responsabilidade socioambiental. Essa ação teve seu início em 2002, quando da criação de um programa unificado de certificação do turismo sustentável, possuindo como missão: contribuir para que o setor do turismo incorpore práticas e procedimentos operacionais e de gestão em seus negócios, orientados para o alcance de sustentabilidade sociocultural, econômica e ambiental, o que denota que o PCTS vem sendo implantado no Brasil, a exemplo de outras experiências internacionais, anteriormente elencadas.

Também o Governo Federal vem trabalhando no desenvolvimento de estratégias de fortalecimento de uma política pública para o setor, focada na perspectiva da sustentabilidade ambiental, tarefa que vem sendo construída de forma conjunta, pelo Ministério do Turismo, Ministério do Meio Ambiente e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA). Nesse sentido, o MTUR e o MMA firmaram um Acordo de Cooperação Técnica que visa à inserção de critérios de sustentabilidade ambiental na atividade turística e prevê um

conjunto de ações integradas entre as duas pastas para elaboração e implementação da Agenda Ambiental para o Turismo.

A construção da sustentabilidade ambiental depende, portanto, do respeito às diretrizes básicas dos órgãos ambientais em todas as suas instâncias, do envolvimento dos atores inseridos no contexto da atividade turística na implementação de ações que proporcionem melhorias no aspecto ambiental no setor, na adoção de práticas sustentáveis, na valorização, conservação e preservação da fauna, flora e patrimônios naturais e na adequada utilização dos recursos naturais.

Finalmente, pode-se afirmar que na exploração do espaço rural através da atividade turística, quer na segmentação do turismo rural, do ecoturismo ou em outras, como os casos da Santa Branca, Vila Cerrado e o Banana Menina, em Goiás, torna-se necessário analisar a percepção dos turistas, proprietários rurais e colaboradores sobre a questão dos impactos negativos. Esta preocupação procede quando se vislumbra que a ampliação do tempo livre em relação às horas trabalhadas vem contribuindo, definitivamente, para o incremento das atividades recreacionais, aumentando significativamente o movimento de pessoas em direção aos pólos receptores de turismo, em especial ao meio rural, que, por sua vez, vem sofrendo os mais variados tipos de impactos.

Além das diversas atividades turísticas no meio rural já elencadas, podem ainda ser destacadas: as cavalgadas, o alpinismo, o *rapel*, as trilhas, os pesque-pagues, os pesque-solte, os hotéis fazenda, circuitos do doce, circuitos do queijo, circuitos da cachaça, circuitos do vinho, o leite ao pé da vaca, a rota do milho, a rota do café com leite, a rota dos tropeiros e o artesanato. Todas elas, em função da demanda, poderão apresentar impactos ao meio ambiente, sendo o principal deles a geração dos resíduos, ou simplesmente, lixo. E ainda se conhece pouco sobre os impactos causados por esta produção de resíduos e o que podem

trazer nesse tipo de atividade turística. As pesquisas sobre a produção desses resíduos estão, basicamente, direcionadas aos grandes centros urbanos. Os resíduos são oriundos de várias fontes produtoras, podendo ser: domiciliares, comerciais, industriais, agroindustriais, etc. De acordo com Neto<sup>12</sup> são produzidos e jogados, diariamente, na natureza, 90% das 240 mil t/dia. Pode-se perceber a gravidade desse fato ao se pensar que os recursos naturais são a razão maior para o afluxo de turistas às regiões rurais.

Ainda, de acordo com um estudo realizado por Santos e Westin (2000) em Poços de Caldas, Minas Gerais, em regiões que implantaram o turismo rural, o lixo produzido no meio rural, advindo da atividade turística, é enterrado ou jogado em qualquer lugar, como barrancos, encostas, rios e córregos. Isto denota um grave problema e que necessita de solução, pois o lixo deposto na natureza traz conseqüências graves como: a contaminação de áreas, o comprometimento do solo, da água, do ar e da saúde pública.

Esta situação deve ser levada a sério, pois tais impactos prejudicam as questões da sustentabilidade no campo, fator este que liga as populações urbanas às regiões rurais; pois estas populações vão ao espaço rural em busca de sossego e apreciação das belezas naturais.

Desta forma, os benefícios socioeconômicos, culturais e ambientais decorrentes de ações corretas não podem ser negados e são tarefas de máxima urgência para que seja atingido o desenvolvimento sustentável no meio rural e das atividades de turismo nesse meio.

### Considerações finais

A partir da sintonia para a preservação do ambiente natural (água, solo, ar, fauna e flora), a sociedade foi produzindo inúmeras formas de ser e estar no mundo. Nesse contexto, o turismo e seus recursos devem ser capazes de satisfazer os desejos que incitam os indivíduos a deslocarem-se do seu universo urbano e vislumbrarem estar em outros lugares no mundo. Tal argumentação

suscita a compreensão de que a atividade turística perpassa ao ambiente ou os recursos naturais e culturais, bases da atividade, e que dependem igualmente do planejamento e do consumo do próprio ambiente. Diante dessa premissa é possível se constatar a importância inconteste da atividade do turismo, bem como da qualidade e da proteção ao meio ambiente. As interfaces do turismo com o meio ambiente natural permeiam implicações positivas e negativas. Nas positivas, a atividade turística interfere no ambiente natural com vistas a colaborar na sua conservação, preservação, proteção e mesmo recuperação, quer pela adoção de medidas regulatórias, quer pelo manejo e o planejamento, bem como contribui com a circulação do capital, com o desenvolvimento econômico regional e na geração de emprego e renda, fomentando melhorias e manutenção da qualidade de vida das comunidades receptoras. Já as negativas decorrem da efetividade de um planejamento ambiental e turístico adequado sobre os recursos naturais que alicerçam essa atividade e que sofrem intensos processos de antropização, como a degradação visível devido ao uso inadequado do solo que provoca mudanças de comportamento da fauna silvestre, a degradação e ocultação da paisagem, dos diversos tipos de poluição e impactos e a destruição da flora local.

Assim, o desenvolvimento de um turismo rural sustentável deve efetivamente refletir as questões ambientais, sociais, culturais e econômicas. Entretanto, é a ambiental que domina qualquer um dos debates. As evidências apontam para as questões ambientais, porém, até agora, poucos são os estudos referentes aos turistas e de que estes estejam interessados nos conceitos do que seja o turismo sustentável. De acordo com Swarbrooke (2000) os turistas que levam a sério o desenvolvimento sustentável em suas vidas diárias acreditam que suas férias anuais são os únicos momentos em que podem comportar-se hedonisticamente, sem a necessidade de serem responsáveis.

12. (1997 apud Santos e Westin, 2000)  
In: Anais do 2º Congresso Brasileiro  
de Turismo Rural.

Contudo, é necessário que se adotem critérios de sustentabilidade e se decida que é possível um desenvolvimento continuado, ao mesmo tempo em que se preservam os recursos naturais existentes. Assim, deve-se desenvolver o turismo em áreas rurais com uma importância redobrada, nutrindo e enriquecendo o desenvolvimento da atividade turística e ao mesmo tempo em que se cuide da matéria-prima da atividade, o meio rural, bem como dos próprios recursos que favorecem e influenciam na demanda para esse meio, conscientizando os proprietários rurais, os colaboradores e os turistas, que também devem fazer a sua parte nesse processo, preocupando-se com a minimização dos impactos ambientais e culturais negativos que a atividade possa provocar.

Finalmente, a sustentabilidade ambiental no turismo deve refletir o desenvolvimento de políticas, de estratégias e ações contínuas, que promovam a preservação do meio ambiente, evitando assim a degradação dos recursos naturais, cuja base e qualidade dependem da manutenção e desenvolvimento deste setor. E a conquista da sustentabilidade deve estar atrelada ao envolvimento e à participação de cada segmento, instituição e entidade que constituem a sociedade.

A rigor, a idéia de sustentabilidade no turismo também contempla e se aplica a qualquer outro segmento do setor, em qualquer escala, sendo que os outros principais aspectos que estão vinculados à atividade são o econômico, o cultural e o social. Dessa forma, é preciso destacar que o turismo sustentável só pode ser alcançado pelo dimensionamento da sustentabilidade econômica e sociocultural, pensados e colocados em equilíbrio com a sustentabilidade ambiental como forma de promover a responsabilidade ambiental e ecológica no espaço rural brasileiro.

### Referências bibliográficas

ALMEIDA, J.A.; FROELICH, J.M.; RIEDI, M. (Orgs.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Papirus, 2000.

BENI, M.C. **Análise estrutural do turismo.** 6.ed, São Paulo: SENAC, 2001.

CUNHA, R.G.T.; SALM, R.; DI GIORGI, D.P. **O meio ambiente em 2007: retrospectiva.** Disponível em: <<http://www.partes.com.br/turismo/anamarinagodoy/empresas.asp>>. Acesso em: 25 mar. 2008.

DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente.** São Paulo: Atlas, 2003.

GRANEMANN, G.L.M. In: RUSCHMANN, D.V.D.M.; SOLHA, K.T. (Orgs.). **Planejamento turístico.** Barueri, São Paulo: Manole, 2006.

INEP/MEC. **Referências para uma política nacional de educação no campo.** Brasília: MEC, 2003.

MARTÍNEZ, F.J.; MONZÓNÍS, J.S. **Alojamiento turístico rural: gestion y comercialización.** Madri: Sintesis, 2000.

NETTO, A.P.; TRIGO, L.G.G. **Reflexões sobre um novo turismo: política, ciência e sociedade.** 2.ed. São Paulo: Aleph, 2003, p.42-43.

OLIVEIRA, C.G.S.; MOURA, J.C.; SGAI, M. (Eds.). **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Turismo Rural: Turismo, novo caminho no espaço rural brasileiro.** Piracicaba: FEALQ, 2000, 276p.

PORTAL INTERATIVO DO TURISMO RESPONSÁVEL. PCTS. Disponível em: <<http://www.turismo-responsavel.tur.br/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=10>>. Acesso em: 25 mar. 2008.

RUSCHMANN, D.V.D.M.; SOLHA, K.T. (Orgs.). **Turismo: uma visão empresarial.** Barueri, São Paulo: Manole, 2004.

\_\_\_\_\_. **Planejamento turístico.** Barueri, São Paulo: Manole, 2006, p.125.

SOUZA, L.S. **O turismo rural: instrumento para o desenvolvimento sustentável.** Edição eletrônica. Disponível em: <<http://www.eumed.net/libros/2006c/194/>>. 2006, 194p.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental,** v.1. Tradução Margareth Dias Pulido. São Paulo: Aleph, 2000.

#### Cronologia do processo editorial:

Recebimento do artigo:	06-jul-2007
Envio ao parecerista:	03-mar-2008
Recebimento do parecer:	11-mar-2008
Envio para revisão do autor:	12-mar-2008
Recebimento do artigo revisado:	26-mar-2008
Aceite:	26-mar-2008